



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

ROSENILDES DIAS DE VILHENA

**FORMAÇÃO DOCENTE A PARTIR DO PACTO NACIONAL PELA
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC**

BELÉM
2017

ROSENILDES DIAS DE VILHENA

**FORMAÇÃO DOCENTE A PARTIR DO PACTO NACIONAL PELA
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Pará, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Licenciatura
Plena em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a MSc. Jennifer Susan Webb
Santos.

BELÉM
2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

V711f Vilhena, Rosenildes Dias de Vilhena.
Formação docente a partir do Pacto Nacional pela
Alfabetização na Idade Certa - PNAIC / Rosenildes Dias de
Vilhena Vilhena. — 2017.
46 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. MSc. Jennifer Susan Webb Santos
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Língua Portuguesa, Abaetetuba, 2017.

1. Alfabetização e Letramento. 2. PNAIC. 3. Formação
Docente. I. Título.

CDD 370

ROSENILDES DIAS DE VILHENA

**FORMAÇÃO DOCENTE A PARTIR DO PACTO NACIONAL PELA
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Pará, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Licenciatura
Plena em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a MSc. Jennifer Susan Webb
Santos.

Data de Aprovação: ___/___/___

Banca examinadora:

Prof^a MSc. Jennifer Susan Webb
Santos
Universidade Federal do Pará
Orientadora

Prof. Dr. Waldir Abreu
Universidade Federal do Pará
Membro

Prof^a MSc. Andréa Solimões
Universidade Federal do Pará
Membro

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas aquelas pessoas que, de qualquer forma, me ajudaram na realização de um sonho. Neste caso a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura plena em Língua Portuguesa. Agradeço em especial a Deus, aos meus familiares por sempre acreditarem em mim. E pelos grandes professores e profissionais da educação que estão dispostos a construir um futuro de qualidade na área educacional.

- Rosenildes Dias de Vilhena

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS pelo dom da vida, pela possibilidade poder acordar todos os dias e ter a certeza que sempre tenho mais um dia para poder seguir em busca de meus sonhos;

Agradeço em especial a minha rainha a mulher que sempre sonhou em realizar todos os meus sonhos, minha mãe, Maria Cristina Dias Rodrigues e ao meu pai, Rosildo Rodrigues Vilhena, homem que apesar de não ter estudos sempre prioriza a educação dos filhos;

Agradeço a minha irmã Ruth Helem Dias de Vilhena, que muito me ajudou na realização deste sonho, não somente com palavras de incentivo, mas também pela colaboração sobre assuntos referentes à educação infantil. Ao meu irmão Rildon Rodrigues Vilhena que sempre se preocupou comigo durante minha trajetória acadêmica;

Aos meus avós Paternos, Raimundo de Sousa Vilhena e Terezinha da Silva Oliveira, pelo acolhimento em sua casa na cidade de Abaetetuba/PA, cidade a qual está situado o campus da UFPA, no qual cursei meus 04 anos de graduação;

Aos meus avós Maternos, Berlindo Rodrigues e minha avó Dulcinea Rodrigues, uma senhora doce e guerreira, ribeirinha e analfabeta, fonte de minha inspiração para a escolha do curso, pois, quando criança, escrevi a ela minha primeira cartinha, carta que eu própria tive que ler, pois no momento em que a entreguei não sabia que ela, tão idosa, não sabia ler;

Ao meu Noivo, João Odair Pantoja de Sousa, pelo carinho, apoio, respeito e compreensão nos momentos de estudos ao meu lado;

Aos meus tios e primos pelo apoio incondicional;

A minha grande amiga de graduação, Amanda Pinheiro, pelo ensinamento compartilhado, pela troca de conhecimento e pela amizade sincera;

Aos colegas da turma de letras 2012 intensivo do Campus de Abaetetuba, em especial aos amigos, Erica Lina, Francimery Dias, Ramom Pinheiro, Susane Lina, Jane Nascimento, Katia Cristina e Rejane Rodrigues;

A minha querida orientadora MSc. Jennifer Susan Webb Santos, por acreditar em meu trabalho, pela sua competência, profissionalismo e disponibilidade.

Obrigada pelo incentivo e pelo conhecimento adquirido a cada dia e pelo amadurecimento científico e profissional;

Aos professores do curso de Letras da UFPA pela competência e rigor, durante a minha qualificação e formação profissional, agradeço também aos secretários e a faculdade de linguagem do campus de Abaetetuba;

A todos que conheci em minha trajetória de vida acadêmica, que fazem parte do meu atual estágio de formação e aos que estão em minha memória e coração.

Muito Obrigada!

“Todo traço social é visto como um acontecimento histórico e o novo ponto de vista leva ao estudo histórico da sociedade em todas as manifestações culturais. A linguagem como manifestação cultural da sociedade torna-se, assim, o objeto de um estudo histórico..

Mattoso (2011, p. 19)

RESUMO

O presente trabalho propõe discutir questões que emergem aspectos sobre o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), com objetivo de elencar as principais ações do programa, tendo como parceiros as redes públicas estaduais e municipais de ensino, no contexto da política pública educacional, dentre os quais a alfabetização e letramento de alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental e a formação continuada de professores. O PNAIC tem como propósito alfabetizar/letrar todas as crianças até os 08 anos de idade que estão devidamente matriculadas nas escolas públicas e que são pertencentes ao primeiro ciclo do ensino fundamental. Esse programa do Governo atua com projeto de formação do professor, que ocorre a partir de cursos em parceria com as Universidades Federais, cuja modalidade é conhecida como formação continuada do professor. Portanto, é de suma importância a relação da pedagogia com a Linguística, embora ambas possuam relações específicas, as mesmas atuam diretamente na formação e alfabetização do indivíduo uma vez que a disciplina de língua portuguesa é essencial para contribuir no processo de letramento do aluno e de sua cidadania. Para alcançar tais objetivos, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica embasada em autores como Soares (1998), Fazenda (1991) e Gatti (1991), que discutem assuntos relacionados às políticas públicas educacionais, tais como a formação continuada e o letramento. A partir de tal estudo, sobre a proposta do PNAIC, concluiu-se que o curso de formação e sua estrutura contribuem para compreender a importância da Língua Portuguesa para a alfabetização de crianças em anos iniciais e que muitos desafios estão postos para concretizar a alfabetização e o letramento como direito de toda criança.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização e Letramento, PNAIC, Formação Docente.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - Cargos, Funções e Valores das Bolsas de Estudo	19
FIGURA 1 – Pirâmide da Estrutura da Formação dos Professores	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
CNE - Conselho Nacional de Educação;
DEB - Diretoria de Educação Básica Presencial;
DIREDE - Diretoria de Educação à Distância;
EaD - Educação à Distância;
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
IES - Instituições de Educação Superior;
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira;
LD - Livro Didático;
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
MEC - Ministério da Educação;
PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica;
PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa;
PNLD - Plano Nacional do Livro Didático;
PPP - Projeto Político Pedagógico;
SEB - Secretaria de Educação Básica;
SISPACTO - Sistema de Monitoramento do Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa;
SGB - Sistema Geral de Bolsas;
UAB - Universidade Aberta do Brasil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES ALFABETIZADORES	16
2.1 OS AVANÇOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL	19
2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	20
2.3 O DESENVOLVIMENTO DO PODER PÚBLICO EDUCACIONAL NO BRASIL	21
3. CONCEPÇÃO POLÍTICA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	23
3.1 A FORMAÇÃO DOCENTE ATRAVÉS DO PNAIC	25
3.2 QUANTO À ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CURSO PROMOVIDO PELO PACTO PARA FORMAR PROFESSORES ALFABETIZADORES	27
4. PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)	33
4.1 A FORMAÇÃO DOCENTE ATRAVÉS DO PNAIC	36
4.2 QUANTO A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CURSO QUE O PACTO PROMOVE PARA FORMAR PROFESSORES ALFABETIZADORES	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

Minha trajetória acadêmica iniciou em 2012, com o curso de graduação em Letras Língua Portuguesa na cidade de Abaetetuba/ PA, no decorrer de 04 anos de curso, tive contato com varias disciplinas que abrange a área da Linguística, do qual uma disciplina em particular chamou-me atenção, tal disciplina com enfoque nas políticas públicas educacionais.

Em 2014, já no curso de graduação de Letras e com vários artigos acadêmicos relacionados à alfabetização e ao letramento, surgiram reflexões em compreender assuntos que elencavam os programas governamentais e formações docente, e conseqüentemente o letramento.

O estudo deveu-se ao fato de entender outras particularidades sobre as ações formativas, e a partir da formação continuada do professor analisar aspectos relacionados ao curso de formação docente através do programa educacional Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), buscando com essa perspectiva, prolongar meus avanços acadêmicos ao longo de minha vida pessoal e profissional.

Nesse sentido, passei a aprofundar meus estudos na Universidade Federal do Pará, com intuito de abordar em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), esse programa educacional, destacando a formação docente, assim como suas medidas educacionais de ensino, tal qual a organização sobre planejamento e plano de aula como a alfabetização e letramento.

A motivação para a pesquisa se deu pelo interesse em entender como funciona o processo de letramento que o PNAIC aborda em relação ao funcionamento estrutural que o professor utiliza para trabalhar no aprendizado da Língua Portuguesa para com os alunos dos anos iniciais. Uma vez que esse Programa visa garantir a alfabetização das crianças na idade certa, ou seja, até os 08 anos de idade, momento de encerramento do ciclo alfabetizado que se refere aos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

Em 2012, o PNAIC foi lançado, ao lado dos programas Federais de Educação em tempo integral e de Ensino Profissionalizante, é uma das principais políticas públicas educacionais do governo. Tendo por meta: alfabetizar todas as crianças brasileiras de escolas públicas até os 08 anos de idade, ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental, ano que encerra o chamado ciclo de alfabetização.

Partindo do entendimento que concerne o pacto, no ano de 2013 foi lançado o primeiro ciclo do curso de formação abordando um eixo importante a 'linguagem' que remetem na alfabetização e letramento, juntamente com as políticas públicas governamentais que envolvem as diretrizes sociais e educacionais, e uma de suas principais medidas é a formação de professores, sendo priorizada a preparação para a formação do aluno, para que sejam alfabetizados.

É necessário conhecer o processo de formação do professor e suas medidas educativas para melhor entender a qualidade de ensino e seus inúmeros processos, tal como a formação continuada e alfabetização de crianças. A política pública nacional de formação se aplica na formação continuada de profissionais do magistério, visando melhorias da qualidade de ensino assim como o aperfeiçoamento do profissional e das práticas docentes.

No âmbito da língua portuguesa compreender as condições propícias para aprendizagem da leitura/escrita, assim como o processo de formação e administração do professor em relação com os alunos e o modo de atuação antes e após a formação docente e suas influências positivas ou negativas de formação.

Enquanto o PNAIC fornece possibilidades de formação continuada aos professores, a atuação do professor alfabetizador é fundamental para a iniciação educacional do aluno promovendo conhecimento de forma socioeducativa. No que condiz a disciplina de língua portuguesa e sua relação com a prática de alfabetizar alunos em anos iniciais, remete através do modo pelo qual serão conduzidas as práticas de atividade como a escrita/leitura.

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário; o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja; ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se torna, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (Soares, 1998, p.47)

Os encontros do pacto discutem ações que permite aos docentes reformas no aprendizado do aluno, os procedimentos metodológicos utilizados pelos professores para a escrita e leitura devem conter assuntos que promovam o conhecimento e o despertar para uma nova visão social. No entanto o alfabetizador por sua vez, busca conceituar assuntos ou temas específicos de modo simples, porém

significativos lembrando que é fundamental a junção da leitura/escrita para formar indivíduos para a sociedade.

O Letramento e a Escrita é foco inicial da formação através do PNAIC, serve para alicerçar a proposta do incentivo e estímulo ao aluno no processo de compreensão da função social da escrita. É fundamental socializar o indivíduo para o mundo, tornando-o capaz de refletir a partir de seus conhecimentos educacionais e científicos, diante da formação e oferta da aprendizagem com base primeiramente através da leitura e escrita.

A educação é considerada o único instrumento apropriado para a construção de uma sociedade laica e justa, gerenciada por um aparelho estatal que se inaugura a partir de um projeto político iluministicamente concebido e juridicamente implementado. (Severino, 2001, p 122)

Neste sentido, embora o PNAIC como formação do professor, seja de fato extremamente importante, vamos investigar sua estrutura, funcionamento e impactos no processo educacional, na qual pretendo aprofundar meu estudo, em relação ao modo como se desenvolve as estratégias e planejamentos pelo qual o professor desenvolve suas modalidades para lecionar ou ministrar a disciplina de Língua Portuguesa para os alunos.

O PNAIC é um pacto que oferece um programa de formação aos professores e propõe metodologias educativas. E juntamente com as medidas educativas a formação docente. O pacto deseja despertar no aluno um conhecimento, levando sempre em consideração que a alfabetização é o resultado do letramento, na medida em que este resultado é alcançado temos a resposta satisfatória referente a ação de ensinar a ler e escrever.

Em busca de novos caminhos o PNAIC de certo modo determina uma reestruturação do trabalho docente, no que refere ao ensino do 3º ano (primeiro ciclo) do ensino fundamental, resultando na melhoria da gestão e organização do trabalho escolar, assim como o envolvimento da comunidade escolar no que diz respeito à socialização das crianças e o conhecimento de leitura/escrita.

Diante das políticas públicas para a formação de professores do primeiro ciclo, algumas questões sobre PNAIC foram sendo atribuídas, tornando objeto principal desta pesquisa, passando a nortear essa análise: Quais as concepções

sobre a política educacional de formação de professores referentes ao processo de letramento e alfabetização no primeiro ciclo? Como é constituído o PNAIC? e como ocorre a formação dos professores?

Diante de tais questionamentos configura-se o objetivo geral deste trabalho que é analisar as concepções da política educacional de formação docente em relação ao PNAIC da modalidade de Língua Portuguesa, especialmente o letramento e a alfabetização. E para dar seguimento à discursão, os objetivos específicos abordam:

- Descrever o funcionamento do PNAIC;
- Entender as concepções das políticas públicas para formação de professores do primeiro ciclo alfabetizador;
- Analisar o PNAIC como alternativa de formação continuada de professores do primeiro ciclo.

Portanto, desenvolveu-se um levantamento bibliográfico com bases documentais de autores como Fazenda (1991), Gatti (2009) dentre outros que elencam e discutem assuntos sobre as políticas de formação continuada de professores e alfabetização infantil como Soares (1998). Nota-se com tal levantamento a possibilidade de obter construções significativas para fortalecer assuntos que dizem respeito à formação docente contribuindo, portanto para a alfabetização de crianças. Buscou-se também documentos, artigos, texto de pesquisas científica, no site da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do período entre 2011 a 2015.

Para segmentar a pesquisa bibliografia dos autores fez-se a utilização de métodos que inserem assuntos relacionados ao tema pesquisado sobre a formação docente e alfabetização de crianças. Utilizando autores que subsidiaram os fundamentos metodológicos como Oliveira (2004) que revela assuntos sobre a reestruturação docente e seus avanços na formação continuada através de cursos de qualificações, Vargas (2008) que salienta a questão da formação continuada de professores alfabetizadores e outros autores que fortalecem o vasto quadro bibliográfico pesquisado para melhor compro o eixo que evidencia a área educacional.

Este trabalho está dividido em 04 sessões. Inicia-se com a introdução que apresenta os principais eixos da pesquisa. A segunda seção trata da conjuntura mais abrangente das políticas públicas de formação docente. A terceira seção

adentra a área das políticas públicas educacionais e as avaliações em grande escala, como a Provinha Brasil, e as condicionalidades impostas por elas à formação dos professores. Na quarta seção apresenta o PNAIC e seus detalhamentos relacionando-os ao processo educacional e à política educacional brasileira. Finalmente na conclusão aponto o resultado do presente trabalho indicando os avanços e limites no contexto do PNAIC.

2. SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES ALFABETIZADORES

Ao iniciar o programa de formação do PNAIC é necessário disponibilidade de tempo para dar início ao cronograma das atividades, com carga horária inicial de 20 horas semanais, com intuito de promover situações que estimule a reflexão fazendo com que haja uma nova postura no papel do professor em sala de aula formando assim pontos significativos no processo de formação, o professor formador receberá uma bolsa mensal de acordo com a Resolução CD/FNDE nº 24 de 16 de agosto de 2010, que estabelece o pagamento assim como as orientações das pesquisas e suas diretrizes. Fica claro que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), define a duração da bolsa assim como o pagamento aos Formadores.

Em relação ao professor Tutor ou Orientador de Estudos este tem a função de guiar e mediar o processo de formação, auxiliando os professores alfabetizadores planejar e participar das formações acadêmicas presenciais, ele por sua vez recebe do Professor Formador instruções e orientação específica que será devidamente repassada aos orientadores ou tutores sobre as atividades e planejamento do curso, dando, portanto, seguimento ao processo de formação do professor garantindo o desenvolvimento de novas habilidades profissionais, seus critérios para a função de Orientador ou Tutor remete além de suas habilidades profissionais a disponibilidade de tempo, ser efetivo da rede de ensino, como também ter sido orientador de estudos ou tutor em outros programas ou cursista do pró-letramento, ser graduado em pedagogia e obter o título de licenciatura em língua portuguesa ou matemática, este curso de formação continuada é específico e com certificados pelas Universidades responsáveis e cadastradas no programa de formação do PNAIC e seus encontros acontecem de forma presencial.

O curso de formação do professor Tutor ou Orientador de Estudos é remunerado e seus valores são pagos diretamente aos seus beneficiários pelo FNDE por de conta-benefício, necessitando o cadastro do candidato no Sistema Geral de Bolsas (SGB), SGB/FNDE, pertencente à Resolução do CD/FNDE nº 24 de 16 de agosto de 2010.

Cada professor Orientador terá uma turma composta de 25 a 35 Professores Alfabetizadores que por sua vez passara pelo processo de formação, com orientação dos tutores de formação. Caso não haja um número exato de professores

para compor uma turma de formação durante o tempo previsto pelo edital do curso e não obtenha a quantidade mínima de 10 professores alfabetizadores, logo os Orientadores ou Tutores serão desligados do sistema do pacto.

Essa outra etapa do curso obtém maior proporção dentro o curso de formação do pacto, compondo um eixo principal á formação do Professor Alfabetizador, logo emerge um papel primordial a formação continuada. A proposta específica é entre a relação da criança alfabetizada e o professor alfabetizador garantindo, tanto para o aluno quanto para o professor uma formação continuada ao longo de seus processos educativos.

O professor alfabetizador compõe a maior parte de profissionais que serão orientados pelos tutores ou orientadores de estudos, esperasse primeiramente com tal meta auxiliar na formação do professor preparando-os para conduzir as didáticas pedagógicas, ajudando a rever medidas satisfatórias que envolva grandes mudanças em seus planejamentos escolares, além da troca de ideias e experiências entre os demais professores, oferecendo e enfatizando mudanças sociais, conceituais a suas práticas pedagógicas.

Mediante a sequência estrutural de formação do pacto, o Professor Alfabetizador desempenha praticamente o ultimo eixo de formação. O curso que é conduzido pelo orientador de estudo tem duração de 120 horas por ano distribuídos em encontros mensais contém 84 horas ficando a critério das universidades a quantidades de encontros no mês, seminários de atividades complementares com 8 horas referentes às atividades aplicadas e 28 horas de atividades extraclasses incluindo os planejamentos e trabalhos por eles produzidos em turmas que por eles são coordenadas ou lecionadas o curso totaliza dois anos de duração.

[...] com suas identidades pessoais e profissionais, imersos numa vida grupal, na qual partilham de uma cultura, derivando dessas relações seus conhecimentos, valores e atitudes, com base nas representações constituídas nesse processo que é, ao mesmo tempo, social e intersubjetivo. (GATTI, 2003 P.196)

O alfabetizador trabalha com o uso da Linguagem, em destaque a disciplina de Língua Portuguesa, com textos escritos, onde a criança poderá desenvolver a escrita e sua coordenação motora, e a leitura com ênfase na oralidade individual ou

em grupos, usando textos que emitem fatos importantes em relação ao cotidiano tornando-se flexível e de fácil entendimento para a criança, é necessário ensinar a criança a partir de suas habilidades que são conquistadas em sala de aula, os usos de materiais didáticos como os livros, revistas e vídeos ganham destaque tanto no curso quanto ao próprio uso com os alunos, auxiliando o alfabetizador em sua didática dentro ou fora da sala de aula.

O curso necessita de local específico, inicialmente é por intermédio das Instituições de Ensino Superiores (IES), que acontece a execução em primeiro plano do curso de formar professores formadores, já devidamente formado o professor formador passará para segunda etapa, cujo é destinada especificamente para a capacitação ou formação de professores Tutores, a função do professor Tutor além de orientar futuros professores alfabetizadores irá auxiliá-los na preparação de planos didáticos em aula de aula assim como na organização e reelaboração de projetos e medidas pedagógicas.

A formação do professor alfabetizador é resultando do curso ministrado pelo professor tutor, Ou seja, após a conclusão da segunda etapa que foi de formar forma-los eles, formaram outra etapa que é de formar os alfabetizadores.

O resultado final da cadeia estrutural que compõe o pacto resulta na promoção ou oferta do conhecimento educacional, pedagógico e social que o professor vai fornecer aos seus alunos. A proposta do PNAIC é alfabetizar o maior número possível de crianças da rede pública de ensino com idade mínima de 08 anos de idade. Vale ressaltar que a alfabetização de crianças é apenas um dos primeiros caminhos que o indivíduo vai percorrer ao longo de sua vida educacional, o estímulo ao conhecimento e a maneira que o professor conduz suas aulas tende a influenciar as modalidades do aluno incluindo nas crianças a didática da escrita e leitura inicial.

Uma vez que esse programa trabalha com a formação de professores alfabetizadores. Podendo esses participar de um programa do governo, no qual recebem um incentivo financeiro que se dá através de bolsas de estudo, distribuídas segundo o quadro abaixo.

QUADRO 1 – CARGOS, FUNÇÕES E VALORES DAS BOLSAS DE ESTUDO		
CARGO	FUNÇÃO	VALOR (R\$)
Formador	Preparar o Professor Tutor	1.100,00
Orientador de Estudos	Preparar o Professor Alfabetizador	765,00
Professor Alfabetizador	Alfabetizar crianças	200,00

FONTE: Elaborado pela autora com base em informações extraídas do Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (<http://www.fnde.gov.br>), referentes ao ano de 2012.

O incentivo da bolsa auxílio é importante, não somente para ajuda-lo no processo do curso como também incentiva-los na busca de qualificações profissionais.

Vale ressaltar que os professores participantes do curso recebem o certificado de formação fornecido pelo Ministério da Educação (MEC), porém só receberá a bolsa auxílio o professor que tiver seu cadastro no censo escolar, de acordo com a resolução do CD/FNDE n° 4, de 27 de fevereiro de 2013, nesta é estabelecida as diretrizes e orientações para pagamento de bolsas de estudos aos participantes do pacto.

O pagamento das bolsas é regulamentado por meio da portaria n° 1.458, em 14 de dezembro de 2012, e pelo sistema do SGB e do portal de acesso do Sistema de Monitoramento do Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa (SISPACTO), neste sistema o professor pode acompanhar os processos e orientações sobre o pacto e o curso de alfabetização e formação continuada (BRASIL c, 2012).

2.1 OS AVANÇOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL

O surgimento da política Educacional atinge um patamar importante em prol da educação, proporcionando aos estudantes e a comunidade a oportunidade de aprendizagem interagindo e construindo conhecimento atribuindo com os direitos de garantia do ensino para quaisquer crianças da rede de ensino, efetivando conseqüentemente uma gestão democrática estabelecendo um ensino gratuito com padrão de qualidade e de ensino, e a valorização dos profissionais da educação.

Oliveira (2004) comenta que a educação, por si só, não é capaz de transformar a sociedade rumo à emancipação social, uma vez que é uma questão de internalização, por parte dos indivíduos. Assim, essa internalização de preceitos pela elite, é por meio da educação junto com a população, gerando de fato um discurso único entre os indivíduos que a educação é um dever e direito para todos.

No campo educacional as políticas públicas buscam obter avanços como de tecnologia e racionalidades capitalistas, fortificando assim o mercado consumidor na área educacional através de inovações de ensino dentre as quais pode inferir um forte avanço no que concerne às relações profissionais.

As poucas iniciativas inovadoras não alcançaram expansão ficando restritas as poucas instituições que as propuseram. Não se fez avanços na formação do corpo de formadores de professores a partir de exigências mais claras quanto as suas competências e habilidades na direção de serem detentores de saberes teórico-práticos que lhe permitam desenvolver, criar, ampliar os aspectos formativos específicos relativos ao desenvolvimento da educação escolar em suas variadas facetas. (GATTI, 2009, p. 95)

Os avanços na formação, concordando com a autora, dependem de atos flexivos e inovadores para conseguir conquistar tanto ao longo de sua carreira profissional quanto individual um espaço na sociedade. É querer conseqüentemente ter o poder do bem-comum, sobre o ponto de vista individual objetivar suas qualificações profissionais, ampliar fatores que contribuem para o desenvolvimento de inúmeros fatores tais como os culturais e sociais fortificando seus índices de aprendizagens através de variadas fontes detentoras do saber individual, profissional e coletivo.

2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Em relação ao Brasil assim como qualquer outra política de suma importância, destaca-se a política educacional que é diretamente ligada a sociedade. A política educacional aborda fatores específicos extremamente importantes para com os indivíduos, adentrando a na especialidade da formação ou problemática e dos trabalhos dos professores. Paiva (2006) salienta que um país de constituição federativa como o Brasil, e com interesses e necessidades traduzem nova

perspectiva de vida e demandas sociais. Paralelamente, “a luta pelo reconhecimento é também uma afirmação da diferença, uma vez que ela pede o reconhecimento da identidade específica de grupos”.

Os professores trabalham em determinadas situações entre inúmeras idealizações da profissão e sua realidade de trabalho. Por essas razões de trabalhos e tarefas escolares que o professor precisa passar. De acordo como cada docente adquire o conhecimento ao longo de seu processo, segundo as práticas escolares estima-se que cada vez o professor esteja preparado para designar tal função tendo ele a necessidade de passar por alguns processos, para seu profissionalismo é destinado aos docentes um processo contínuo com relação à educação de qualidade e sua aquisição, por fim para que este professor venha exercer sua modalidade de compreensão e conhecimento em sala de aula.

De acordo com a relação educacional em que o autor diz que a educação não deve ser vista apenas como um processo institucional, (SEVERINO, 2009, p.160) refere-se que é preciso ter uma intervenção na direção formativa do ser humano, quer pela relação pedagógica pessoal, quer no âmbito da relação social coletiva. Conforme afirma esse autor, espera-se que a educação, que é prática institucionalizada em nossa sociedade, contribua com as ações que constituem a existência histórica das pessoas e da sociedade humana.

2.3 O DESENVOLVIMENTO DO PODER PÚBLICO EDUCACIONAL NO BRASIL

No decorrer do desenvolvimento público educacional e com seu desempenho com os docentes e pela carreira dos professores da educação básica, considera-se a formação como um processo contínuo de construção de uma prática docente qualificada e de afirmação da profissionalização dos professores. Em alguns municípios são criados polos de apoio de atividades pedagógicas, e um dos programas de organizações que desenvolvem esse papel importante para demandas de formação e entre outros projetos educacionais é o MEC, propõe-se, com esse sistema, a ampliar a colaboração entre a União e os demais entes federados, estimulando o desenvolvimento de centros de formação permanentes por meio desses polos, localizados prioritariamente no interior do país.

Por intermédio do objetivo da Política Nacional de Formação devem ser alcançados fóruns Estaduais de apoio à formação docente, esses fóruns tem a

finalidade de organizar entre os entes federados a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. Para tanto no que concerne a respeito da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, juntamente com a Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) e a Diretoria de Educação à Distância (DIRED) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assume a responsabilidade de apoiar os Fóruns, no que diz respeito à organização e ao registro dos dados relativos às demandas de formação inicial e continuada e à oferta de cursos e vagas pelas instituições formadoras.

Os sistemas estaduais e municipais devem oferecer programas de formações aos docentes, um exemplo de programa educacional de formação continuada esta entre as IES e no Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), esses programas governamentais são destinados aos professores das redes públicas que se candidatam aos cursos de formação inicial ou continuada. E esses programas estão ganhando cada vez mais abrangência passando a ser considerado outro meio de formação docente das redes dos programas de formação continuada e Profissional de educação no Brasil.

3. CONCEPÇÃO POLÍTICA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A obtenção de ações públicas objetivando a garantia e valorização do ensino e do profissional da educação, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conselho este que tem como uma de suas funções a garantia de recursos e instalação de modalidades de ensino obrigatório no Brasil.

Tanto as formações iniciais quanto a formação continuada de professores enfrentam diversos problemas ligados á qualificação docente, em suma para que ocorra a qualificação deste docente, necessita-se primeiramente ser desenvolvida através de cursos de formações continuada e palestras que abordem assuntos específicos ligados diretamente ao contexto social, relacionados com a sua área de formação docente. Mediante aos avanços das práticas pedagógicas espera-se da parte dos professores reformas trabalhistas, diante de tal perspectiva estimasse melhorias de planejamentos e atividades em sala de aula, adaptando novos métodos de ensino que devem ser inseridos no cotidiano dos alunos desenvolvendo, portanto, transformações e responsabilidades sociais para com seus alunos.

É importante entender os motivos pelo qual ocorre a execução da formação continuada do professor, essa execução/realização da formação do profissional acontece em um período de graduação, esse conhecimento deve ser sintetizado tal como o seu desenvolvimento de suas ações educativas, organizações, planejamentos e métodos pedagógicos. E cabe ao professor se manter qualificado no mercado de trabalho, podendo este profissional atribuir avanços e desafios para o aluno, transformando este aluno futuramente em um profissional qualificado para o mercado de trabalho no que concerne o desenvolvimento humano.

A formação docente contribui com o desenvolvimento profissional do professor, efetivando a qualidade de ensino. Devido ás transformações sociais que tem ocorrido ao longo dos anos no Brasil, a formação inicial e continuada ganhara novas proporções, ou seja, mudança social e cultural logo objetivou as mudanças no ensino educacional.

Atualmente é evidenciada a importância da Educação em nosso país, em termos de estudos: um país desenvolvido com um ensino educacional adequado apresentam os melhores indicadores de um sistema educativo. Por outro lado, há

países que precisam de recursos para alcançar uma educação de qualidade acarretando em um longo percurso de formação.

O desenvolvimento educacional apresenta um “déficit”. E pensando nesta necessidade, para uma possível melhoria da qualidade de educação e social de países menos desenvolvidos, o poder público estabeleceu políticas de formação docente em prol da necessidade educacional oferecendo aos professores cursos de capacitações e conhecimento pedagógicos de modo geral, garantindo assim uma política de formação com habilidades e competências para melhor trabalharem com seus alunos em séries iniciais.

O poder público juntamente com a LDB 9.394/96 introduziu indicadores legais especificamente para a formação de profissionais da educação, visando á formação continuada do professor, com intuito de diminuir o “déficit” educacional. Estabelecido no capítulo 6 artigo 63, destinada á formação docente.

Artigo 63. Os Institutos Superiores de Educação manterão: I- cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado á formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; II- programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar á educação básica; III- programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

A partir da regulamentação da LDB e de novas concepções que foram implantadas e regularizadas através do poder público referente á educação no Brasil, pode-se entender que a formação continuada do profissional da educação obteve um avanço na área educacional, com a oferta e reformulação de novos cursos de formação para os professores especialmente os atuantes da área de licenciatura e pedagogia.

Espera-se do curso de formação continuada ou inicial do professor uma nova e moderna maneira didática de atuar em sala, trabalhando com a inclusão da implantação do conhecimento coletivo e individual do docente, através da divisão do saber entre os professores formadores. Proporcionando, portanto, uma melhor e adequada qualidade de ensino diante de tais dificuldades que os alunos se encontram.

3.1 O PRÓ-LETRAMENTO SEGMENTA NOVA SEQUÊNCIA DE FORMAÇÃO DOCENTE

Outro programa que adentram á educação básica de ensino é o Pró-Letramento, dirige-se aos docentes dos anos iniciais de escolarização, com o objetivo de orientar o trabalho dos professores e assegurar a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática, com abordagens adequadas à faixa etária, diante da defasagem do rendimento dos alunos da educação básica, em relação às expectativas de aprendizagem apontada nas avaliações nacionais. O Pró-Letramento é um curso semipresencial, com duração de oito meses divididos por etapas: aprendizagem da leitura/escrita, aprendizagem da matemática.

Vargas (2008), afirma que embora ocorra proposta de intervenção na área da educação, existem limites e possibilidades que este docente tende a realizar com autoridade para atingir suas necessidades quanto às práticas no que condiz ao processo de ensino e aprendizagem, como pré-requisitos para o desenvolvimento destaca-se o programa de formação continuada dos professores. Embora Silva (2009), tenha encontrado equívocos e distorções no discurso e na prática pedagógica dos professores que afirmavam adotar os princípios construtivistas e sociointeracionistas preconizados pelo Programa como balizadores de seu trabalho, concluindo de fato algumas necessidades que o professor encontra durante o processo de formação continuada.

Vale ressaltar, que as durações dos programas procuram não incidir na vida cotidiana do professor, embora os cursos possuam durações de meses, não interfere na rotina deste profissional, tornando esses cursos flexíveis e de fácil entendimento, logo, o curso de formação oferece e disponibiliza matérias para os professores e seus períodos de encontros para falar e trabalhar suas medidas de formação é acessível ocorrendo de maneira gradual. Gatti (2009), afirma que necessita corrigir lacunas na formação inicial, podendo estar subsumida na própria oferta de formação continuada, sugere a necessidade de revisão dos próprios currículos de cursos iniciais de formação de professores, que atualmente estão sendo oferecidos nas IES.

Um dos grandes aparatos institucional montado pelo MEC em menos de uma década é coordenado pela CAPES e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) Dentre as ações federais que contribuem para a consolidação do sistema nacional

de formação de professores, uma das mais importantes é a criação e a expansão da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Portanto, observe-se, que uma grande parte da demanda de formação nas licenciaturas decorre das exigências legais de qualificação em nível superior de professores de todas as etapas da educação, embora todas sejam voltadas para formação inicial e continuada do docente, abrangendo especialmente a educação infantil do ensino fundamental, onde os docentes apenas possuem o curso do magistério do nível médio, as instituições envolvidas com os cursos oferecidos pelo sistema UAB dá uma ideia de expansão dos cursos de formação docente pelo poder público e da grandiosidade que alcançou os programas governamentais que envolvem os sistemas educacionais no país.

Em se tratando de Educação à Distância (EaD) há uma expansão das licenciaturas em EaD, pois são várias as polêmicas que instauram-se, Também existe a grande evasão constatada nos cursos a distância certamente essas evasões estão associadas a alguns desses fatores, logo tal modalidade expõe questões de debates sobre este ensino. Dispondo de dados que remete a esta qualidade educativa, cujo tal é ofertada pelos programas competentes da educação disponibilizados aos estudantes que estão em fase inicial, que não atuam na rede pública ou privada de ensino, embora o docente possua experiência ou não na área educacional, como os que possuem o magistério ou outra especialização educacional. Portanto um dos problemas da orientação e da supervisão dos estágios nessa modalidade, e com a adequada formação prévia para estes docentes que embora tenham uma boa leitura e interpretação de textos tais como os de conhecimentos linguísticos educativos e habilidades para conduzir os ensinamentos desta modalidade de curso.

A fragmentação formativa do docente fica evidentemente clara quando se trata de educação à distância, as generalidades observadas nos conteúdos curriculares também. Os problemas curriculares na formação de docentes estão presentes nas políticas específicas do nível federal para essa formação, seja nas propostas da UAB quanto as do PARFOR. Ficando evidentemente claro a falta de uma política voltada aos currículos formativos que concerne os professores.

Na condução das políticas docentes, foram destacados vários programas desenvolvidos pelas secretarias estaduais de Educação, que eles representam um caráter inovador. Os caminhos são diversos e apontam na direção de uma tentativa

constante de superação e aperfeiçoamento no que estima o aperfeiçoamento tanto do docente quanto do aluno. Para esses docentes, que demonstram competência para gerar inovações e encontrar soluções para os problemas do cotidiano, são atribuídas funções de acompanhamento tutorial dos colegas de um grupo de escolas, subsidiadas pelas instituições formadoras, de modo que algumas secretarias tiveram a opção de intervenção mais sistêmica que outras. Entre eles, contam-se ações de formação docente de produção de materiais didáticos e outras medidas de apoio às escolas e ao trabalho dos professores. Esse tipo de intervenção insere-se no âmbito de ações orientadas para o enfrentamento conjunto do problema da melhoria da qualidade do ensino no estado, diante dos dados e análises deste estado da arte, pode-se dizer que há uma crise na formação inicial de professores para a educação básica, tal como normatizada e oferecida pelas IESs, especialmente em seus aspectos de dinâmica curricular.

3.2 A RELAÇÃO DA PROVINHA BRASIL COM O PNAIC

A Provinha Brasil é uma avaliação pedagógica que foi criada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2008 com apenas uma disciplina específica de Língua Portuguesa e em 2011 abrangeu para disciplina de matemática, a Provinha não tem finalidade de classificar os alunos, de fato a disciplina de Língua Portuguesa é umas das principais disciplinas de nossas origens, logo esta disciplina encontra-se dentre umas das primeiras disciplinas pelas quais a criança e os adultos se deparam ao longo do seu processo educacional, não somente podendo ser utilizado nas escolas e sim ser passado a diante durante toda vida do ser humano.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado em 2007, é um indicador que serve para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas, bem como o INEP que tem por finalidade as avaliações e exames referente a Educação Básica. A priori a avaliação requer do aluno o aprendizado e o reconhecimento da escrita alfabética requisitos este que é necessário para um conhecimento que acontecerá de forma gradual que é o letramento, a escrita, a leitura, o conhecimento de sinais e códigos de linguagens, todos esses giram em torno de um eixo primordial que é a alfabetização.

Para Soares (2003), o déficit de alfabetização no Brasil estabelece um parâmetro entre as classes sociais, logo essas classes pertencem a um grande grupo do qual fazem parte a classe menos favorecida, logo a classe menor da população brasileira acaba tornando-se mais prejudicada devido ao sistema educacional tão pouco eficiente refletindo assim na educação e escolarização infantil brasileira, ocasionando um atraso evidente na área educacional.

Em virtude de inúmeras camadas sociais que adentram as regiões brasileiras, alguns fatores associados pelas indevidas qualidades de ensino e modalidade que estimule a alfabetização acabam comprometendo o desenvolvimento educacional que estão em alguns casos associados às instituições de ensino e seus profissionais que possuem uma baixa qualificação, necessitando exclusivamente de apoio educacional tal como infraestrutura, organização, planejamento, esses argumentos que se ligam entre si permanecem vinculados diretamente para a parte que compõe as instituições de ensino, já o apoio educacional esta ligado ao modo pelo qual o professor pretende utilizar para ministrar suas aulas de alfabetização em sala de aula.

O desenvolvimento educacional das crianças é decorrente das relações educativas e das modalidades que o professor adota para ministrar seus conteúdos programáticos de ensino, Soares (2003) destaca que existem aspectos que adentram na educação e conhecimento dos alunos referente á alfabetização, embora seja necessário o uso de técnicas apropriadas para a obtenção do aprendizado continuo do aluno no sistema de escrita alfabética, logo o outro aspecto é o uso dessas diferentes técnicas que devem ser ligadas ao contexto de práticas sociais que necessitam de novas técnicas, no entanto ambos são efetivados por meio do aprendizado continuo, para que haja o estabelecimento entre ambas as relações.

Entre tanto possamos encontrar algumas dificuldades na educação dos alunos e quanto ao uso da língua escrita e a leitura, no que condiz com o aprendizado nos anos iniciais de educação escolar, diante desses empasses os professores com intuito de obter um desempenho esperado dentre as instituições, embora os professores, gestores e pedagogos necessitem propor a estimulação dos alunos para a obtenção de um melhor e mais acessível método de alfabetização. Logo, umas de suas metas para com esses alunos do 2º ano do fundamental seja a identificação da habilidade de leitura e da forma sistemática do reconhecimento das

dificuldades desses alunos. Possibilitando com esses resultados a reformulação de novas estratégias envolvendo as práticas da política Educacional.

Os aspectos significativos da Provinha Brasil possuem relação com outras fontes que englobam os meios de alfabetizações infantis, do qual apresentam fatores de suma importância para o ensino educacional, priorizando a mesma linha de ensino para obtenção de dados pela alfabetização, dentre essas se encontra o PNAIC que atua de forma igualitária e competente na área educacional.

Enquanto ao aprendizado da Língua Portuguesa, vale ressaltar a qualidade do ensino e ao modo de produção didática para efetivação das aulas, assim como suas estratégias para melhor compor a disciplina, adotando de fato uma boa conduta e domínio de conteúdo perante os alunos para enfim ministrar as aulas com eficiência. Lembrando que este é um programa educacional da Provinha Brasil é originado para obter dados que indiquem o grau de aproveitamento e aprendizado inicial do aluno. O programa do Governo Federal disponibiliza material didático e pedagógico referente aos assuntos que são abordados durante o ano letivo e conseqüentemente a aplicação da provinha Brasil para as crianças da rede de ensino, logo a instituição de ensino deverá distribuir para os professores tal material e caberá a esses docentes a sua aplicação em sala para enfim objetivar a eficácia do programa e conseguir estabelecer metas satisfatórias no histórico curricular dos alunos.

Para muitos professores fica evidente o insucesso da alfabetização e do letramento para crianças no início do ciclo do ensino fundamental infantil. Uma das hipóteses do insucesso educativo é a pouca ajuda para como os alunos. Gazólis (2007) que destaca em sua pesquisa uma provável dificuldade que a criança apresenta no início do ciclo da escolarização no processo de aquisição da escrita, leitura e alfabetização quando comparado ao de outras crianças que dominaram a escrita, muitas das vezes esse domínio devesse ao estímulo que a criança tem em casa fora do ambiente escolar. Apresentando ao final do processo letivo um resultado “inesperado” referente ao aprendizado infantil no primeiro ciclo educacional.

Quando a criança identifica o sistema da escrita alfabética, fica evidente o domínio pela produção da escrita e pelo reconhecimento das palavras que foram trabalhadas pelos professores ao longo das aulas, logo percebe-se o início do avanço da aprendizagem de língua portuguesa. Em virtude de metodologias inovadoras de estudos e contextos didáticos como jogos educativos, desenhos

ilustrativos e leitura infantil diversificada tal como as literaturas infantis, através da relação entre aluno e professor é possível um desenvolvimento satisfatório na educação no escolar.

As práticas de ensino diário faz com que os alunos produzam tarefas bem mais produtivas, isso é claro há longo prazo. Dispondo da capacidade dos professores de produzirem um ensino sistemático que para Soares (2003), as perspectivas da Escrita e do Letramento são compostas por uma alfabetização flexível e diferente do modo antes era visto pela sociedade á alfabetização padrão de ensino. Efetivando esses processos de mudanças metodológicas, educativas e sociais nos alunos podemos, portanto, produzir uma reformulação no ensino que antes tínhamos como modelo tradicional. Estimulando e Praticando no aluno a sua ampliação do saber e do conhecimento.

Em relação ao material sua distribuição é feita através da parceria do MEC e do FNDE, desta forma os livros chegam às escolas, tal distribuição ocorre devido ao censo escolar obtido a cada ano dentre os índices de avanços entre alunos e o corpo que envolve o núcleo escolar. A forma de distribuição é dada de maneira trienal para as instituições de ensino da educação básica, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) será distribuído e utilizado pelos professores alfabetizadores com o intuito de promover e auxiliar na elaboração de suas aulas, o Livro Didático (LD), funciona como apoio que concernem os ensinamentos das práticas de escrita e leitura, de certo modo revela uma preocupação entre os educadores sobre quais as medidas e manejo do material e sua utilização em sala. A implantação deste material remete é uma reflexão ampla sobre suas propriedades mais abrangente que de fato deveria ser manuseado, o intuito dos LDs é garantir aos professores e alunos um melhor desempenho respeitando da Língua Portuguesa e outras disciplinas que estão presentes no conteúdo do livro, tal como as ilustrações mediante aos desenhos que atuam na função de codificação espera-se uma aula produtiva com entendimento e domínio dos alunos através de textos literários e escritas, promovendo o incentivo da produção textual.

Outro aspecto dos LDs ocorre devido ao questionamento entre os professores de como reproduzir as tarefas propostas dos livros para com os alunos, tornando evidente a necessidade de novos cursos de formações e palestras educativas sobre as novas modalidades e reciclagens de ensino em sala, diante do ensino tradicional que alguns professores possuíam durante anos de sala de aula sem

acompanhamentos de cursos de especialização ou formação continuada, favorece, portanto, espaços “lacunas” ao modo e método de transmitir o conhecimento para as crianças, de modo que para Silva (2005), aborda fatos importantes que após as observações de alguns LDs observou que ao serem utilizados os livros nem sempre tais materiais seriam aproveitados de maneira apropriada ao ponto de vista didático pedagógico, diante do referido ato de ensino que é estabelecido pelos LDs, embora, os livros apontam fatores e medidas diferentes em relação á antigas modalidades de ensino “tradicional” dos alunos a respeito do ato de alfabetizar as crianças da rede escolar.

As margens de acertos ou erros são de acordo com a percepção de cada aluno e á qualidade de compreensão dos mesmos, o resultado da Provinha Brasil é referentemente positiva, embora, seja no decorre do processo de ensino que se da o fortalecimento de estímulo como leitura e compreensão de textos, estimasse uma média de erros ocasionando a falta de diagnósticos precisos, ou seja, espera-se uma dos requisitos que precedem a formulação e reconstrução da Provinha Brasil com atributos que possam ser utilizados como instrumento que contribua para melhoria das questões da provinha, haja vista que a Provinha Brasil não avalia as habilidades do aluno ao fato da criança dominar a prática da leitura e suas produções ou outras práticas específicas pedagógica como método avaliativo de desempenho individual de cada criança.

A correção das provas é feita pelo professor ou por pessoas externas ligadas a instituição escolar como os gestores que fazem parte da rede de ensino, como forma de analisar o grau de conhecimento do aluno, diante destas correções da provinha e com os resultados obtidos é possível que o professor perceba a dificuldade de cada aluno e conseqüentemente este docente poderá trabalhar de maneira específica reformulando e modificando a sua prática de ensino, a Provinha Brasil é aplicada por duas vezes e no início e no final do ano letivo espera-se o resultado desta aplicação, a estimativa das duas etapas da prova destina-se na possibilidade de verificar o desempenho e avanços significativos do aluno que estão inclusos no programa da rede de ensino.

Destinada para analisar as “habilidades de leitura e letramento” do aluno, a Provinha Brasil possibilita obter dados representativos dos alunos identificando a capacidade da criança em decodificar imagens que são incluídas nas disciplinas de matemática e de língua portuguesa com questões de raciocínio constatando assim o

desempenho e aprendizagem desses alunos, a Provinha é destinada para os alunos específicos do 2º ano do ensino fundamental, embora seu programa seja parecido com as metas que o PNAIC apresenta, a proposta do pacto é estabelecer metas que visa a Alfabetização e finalizando com o aprendizado que os alunos iram adquirir ao longo do ano de alfabetização que o pacto demanda de alfabetização até os 08 anos de idade. Com essas metas o esperado pelo pacto é a inserção da leitura/escrita objetivando assim o Letramento dos alunos e sua alfabetização na idade certa desenvolvendo neles a capacidade de leitura e de produção de textos que ocorre durante todo o processo de escolarização.

4. PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

A formação docente é um dos maiores eixos que será abordado nesta sessão, com isso o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) lançada em 2012, estabelecida pelo governo de Dilma Rousseff pelo Governo Federal de Educação em parceria com os governos municipais e estaduais. O início do programa ocorreu no ano de 2013 tornando-se referência entre os projetos que visa a formação continuada enfatizando a política pública de Educacional.

Logo, através da implantação do PNAIC como foco primordial a formação docente e alfabetização de crianças, este programa governamental aborda em seu lançamento em 2013 a formação em Língua Portuguesa e no ano de 2014 iniciou-se com a disciplina de matemáticas, e em 2015 abrangeu o conhecimento em todas as áreas pedagógicas de raciocínio, jogos educativos, vídeos aulas e oficinas de didáticas educativas disponibilizadas e distribuídas pelo MEC, com o propósito de promover a educação integral das crianças no processo de escolarização. Tendo uma das metas de alfabetizar todas as crianças de escolas públicas até os 08 anos de idade, ao (fim do 3º ano do Ensino Fundamental).

O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem. (PCN, 1997, p.24)

O objetivo do Pacto é a formação docente valorizando e transformando os profissionais da educação que não possuem formação docente, embora esses profissionais tenham um papel de suma importância para com a educação desses alunos.

Além da proposta de formação continuada dos professores e alfabetização de alunos nos três primeiros anos do ensino fundamental. O pacto abrange quatro eixos principais de atuação, tal com a avaliação dos alunos diante da formação docente no que refere o entender e compreender aos temas que o pacto discute ao longo de seu processo de alfabetização.

Embora a formação continuada seja um dos principais eixos do PNAIC o início da qualificação e a maneira qual ocorrem os processos tanto os de formação quanto os de aprendizagem e alfabetização são um dos programas estabelecidos pelo pacto, ocorre nas redes de ensino públicas e o curso de formação obtém materiais específicos que são disponibilizados aos professores com função de auxiliar o profissional da educação no decorrer do curso, nestes materiais contém informações necessárias sobre os aspectos educativos. Tal como os cadernos e livros e o próprio manual anual do programa, assim como a abordagem e o motivo pelo qual foi lançado.

Nota-se com os benefícios do curso de formação e as condições que são conduzidas o pacto, esperasse com o curso não somente a formação e alfabetização, mais sim também uma nova reflexão da educação do Estado, e conseqüentemente promover mudanças em relação às condições rotineiras de trabalho que muitos professores executam, assim como o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, bem como da didática dos professores de Educação Básica e os de formação inicial, estabelecendo uma reflexão sobre as realidades que são vivenciadas nas escolas brasileiras.

De fato a proposta do pacto é introduzir no âmbito educacional além de uma política voltada para a construção do conhecimento do individuo, uma política pela qual as escolas devem definir e traçar planos para o pleno desenvolvimento institucional e educacional do aluno, portanto, essas estratégias são executadas pelas equipes que coordenam tal instituição, embora sempre estejam presentes os pedagogos que atuam para ter uma gestão central que desenvolva promoções de responsabilidade e ações como o desenvolvimento, reformulação e reconstrução das medidas educativas, no que pode ser calculado o aumento significativo de alunos e professores satisfeitos com as devidas medidas adotadas como propostas educativas destinadas para as escolas.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) atua em diferentes estâncias na área educacional, esses profissionais pedagógicos são responsáveis em organizar a gestão escolar como um todo incluindo o convívio familiar desde a frequência escolar, além de protocolar e analisar documentos importantes que condiz com a instituição educacional. Logo para conduzir de forma competente as medidas educativas e propostas escolares cabe juntamente com a equipe pedagógica a

união com os professores, para que eles possam trabalhar juntos efetivando assim suas melhorias em prol da instituição.

A uma grande importância diversificada para a formação dos professores, dentre tal destaca-se a Política Pública Educacional. Ao modo pela qual são atribuídas as inúmeras ações sobre os cursos de planejamentos escolares, de capacitações e aperfeiçoamentos todos referentes ao contexto educacional. A Política Educacional age de forma flexível no que emerge aos conteúdos didáticos anuais para que possa, portanto, abranger as diversas modalidades de ensino, garantindo uma boa formação continuada desses profissionais, com esses estímulos de formação caberá aos professores da formação aprofundar seus ensinamentos no seu cotidiano em sala de aula, tornando entre outras práticas umas das principais para a formação continuada.

Diante de tal proposta de ensino o PNAIC foi estabelecido ao ponto de poder suprir algumas metas específicas possuindo vários eixos educativos, este eixo que gira entorno das políticas pedagógicas em relação às medidas que o pacto adota, como sendo um de seus principais eixos centrais, que neles são abordados ao longo do desenvolvimento educacional estratégias para alcançar suas metas que pretende ser discutida e estabelecida ao longo do processo de Alfabetização.

Embora algumas metas desse eixo seja o sistema de Escrita Alfabética, nessa proporção é estabelecido um ensino sistemático de forma sequencial, com exercícios que estimule a modalidade da escrita/leitura do aluno.

Em uma concepção de alfabetização focada na inserção das crianças nas práticas sociais pode ser desenvolvida metodologias que, de modo concomitante, favoreçam a apropriação do sistema alfabético de escrita por meio de atividades lúdicas e reflexivas e a participação em situações de leitura e produção de textos, ampliando as referências culturais das crianças. (BRASIL, s.d., p.20)

Durante todos os processos educativos ocorrem o desenvolvimento de produção de textos juntamente com os estímulos que atuam na modalidade diferenciada de Leitura, essa perspectiva é destinada ao próximo eixo que o pacto coloca em vigor com relação ao programa pedagógico juntamente com tais proporções que estabelecem de forma inicial a escolarização no início da Educação Básica.

Com a formação do PNAIC, é possível obter avanços significativos na qual avaliasse a contribuição para o aperfeiçoamento da prática pedagógica educativa

dos alfabetizadores de todo país. A priori o objetivo da formação de professor alfabetizador devesse pelo fato do qual não remete aos modos tradicionais do passado, que visavam primeiramente o papel da escola como apenas um processo pelo qual o aluno passava mediante os fundamentos básicos educativos da época, haja vista que utilizavam o sistema da escrita e leitura tradicional. O pacto estabelece condições que buscam o desenvolvimento do aluno, tanto com a escrita através de produções textuais quanto de leituras diversificadas, sem dúvidas a alfabetização é uma das prioridades do PNAIC e estimasse que o aluno alfabetizado, ou seja, não somente o aluno que saiba ler/escrever, porém o mesmo possa ter o domínio da leitura e escrita levando em consideração diversos fatores que remete seu contexto social.

4.1 A FORMAÇÃO DOCENTE ATRAVÉS DO PNAIC

Surgindo assim através desse aspecto o programa referente à formação de professores, pelo qual é considerado um alicerce para sua formação, buscam ao longo das orientações dos professores discursões reflexivas da atualidade e diversidades que giram em torno do eixo educativo.

Através dos encontros com os orientadores os professores tem a facilidade da troca de experiências entre os profissionais da área, com esse método as aulas tomam-se mais atrativa e com adaptações que foram absorvidas ao longo do curso de formação, tornando deste modo suas aulas flexíveis, diferenciadas e dinâmicas proporcionando ao professor a possibilidade de determinadas mudanças tal como, novas abordagens de temas atuais, atividade e dinâmica com propósito de interagir com os alunos, ao mesmo tempo em relação à mudança da postura profissional e sua conduta em sala de aula modificando a sua prática educativa ao trabalhar as novas abordagens com os alunos.

A formação envolve reflexão sobre as formas como este profissional deve atuar em seu trabalho, de modo flexível e dinâmico ao ponto de passar seus conhecimentos pedagógicos educativos para com os alunos. Ao perceber que a Educação Básica necessita de mudanças ao longo de seu período letivo, no que refere o ato de ensinar o aluno a compreender, conhecer e decodificar sua escrita/leitura. A buscar de novos métodos para a formação diversificada, seja á

prática de novas pesquisas pelo qual os professores tende a passar através da busca constante pelo conhecimento contínuo para sua área de trabalho educacional.

[...] o que há de pesquisador no professor não é uma forma de ser ou de atuar que se acrescenta à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma. (Freire, 2002, P.43-44)

Conseqüentemente é ao longo dos encontros que serão absorvidas as medidas das políticas pedagógicas e para que se obtenha um trabalho, pelo qual priorize uma garantia educacional tanto das instituições de ensino quanto dos orientadores e os demais profissionais da educação, a estimativa desses encontros é a ficção de conteúdos de forma gradual mediante as propostas que são atribuídas para os docentes. Com auxílio do material que é disponibilizado pelo próprio programa para os orientadores do curso de formação, calculasse que o material didático será utilizado para ajudar no entendimento das propostas eminentes do pacto tal como auxiliará os formadores no decorrer do curso.

Nos encontros, presume que além do ensino de formação assuntos serão abordados em determinados aspectos e referente sobre a organização educacional e a forma de conduzir as demais formações que darão seguimento até chegar à formação dos professores alfabetizadores, o intuito da promoção dos encontros e discutir a possibilidade de diversificar as temáticas com novas didáticas de formação ao longo do percurso do curso, enfatizando sempre os aspectos de planejamento escolar, interdisciplinar dos alunos, projetos de letramento e escrita e as demais atividades que são meramente estabelecidas pelo Programa.

A formação continuada dos professores pelo PNAIC ocorre por meio de diversas etapas voltadas para o letramento visando o aprimoramento do conhecimento. Para poder entender as práticas e os benefícios adquiridos, do qual se destaca a mobilização da comunidade escolar e a sociedade como um todo.

4.2 QUANTO A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CURSO QUE O PACTO PROMOVE PARA FORMAR PROFESSORES ALFABETIZADORES

O curso de formação docente e alfabetização de crianças que é promovido pelo programa do PNAIC funcionam por meios de etapas e graus de formações profissionais, que se inicia nas instituições Públicas e termina nas salas de aulas para enfim promover a alfabetização e letramento das crianças da rede pública de ensino.

A parte estrutural do curso obedece a um cronograma de formação estabelecendo diferentes etapas, havendo em cada uma dessas etapas a presença de profissionais formadores de cursos, esses consequentemente atuam na promoção do fortalecimento de novos conhecimentos. Tendo como exemplo abaixo o modelo estrutural, assim como a distribuição de cargos e funções, onde podemos compreender e destacar o início do curso de formação docente até seu objetivo principal a alfabetização de crianças nos anos iniciais.

FIGURA 1: PIRÂMIDE DA ESTRURA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES



FONTE: Elaborado pela autora com base em informações extraídas do Portal do Ministério da Educação – MEC (<http://www.mec.gov.br>), referentes ao ano de 2013.

Diante dessa organização estrutural podemos perceber que o aluno é a base principal do sistema de formação, do qual é apresentado na figura acima, e tendo neste programa de formação do PNAIC, elencando o professor alfabetizador como elemento essencial para compor o ciclo alfabetizador.

Portanto, fica evidente que os demais professores formadores emergem um papel importante para execução do programa, vale ressaltar que a função do professor alfabetizador requer mais atenção, pois tal função ocupa o papel de mediador entre as modalidades didáticas do saber conduzindo o aluno ao processo de aquisição da linguagem e do conhecimento de modo geral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema educacional no Brasil é constituído de leis, decretos e projetos. O Governo Federal e o Ministério da Educação buscam viabilizar ações no sistema público educacional com uma série de Políticas Públicas, que se efetivam através de programas educacionais.

Nesta pesquisa, destacou-se um programa lançado para alicerçar a formação docente e alfabetização de crianças até os 08 anos de idade, que possui uma proposta de formação para muitos professores. Por intermédio do curso de formação, cujo tal o profissional docente atuará ministrando aulas para crianças do primeiro ciclo do ensino fundamental menor da rede pública de ensino.

Constatou-se que o PNAIC, visa preparar o professor para atuar no primeiro ciclo alfabetizador. Com a formação é possível instrumentalizar o docente para tal tarefa, no entanto observou-se que não há uma completa autonomia deste, pois os livros e a formação oferecem roteiro estruturas para execução do professor, seja o tutor, o formador ou o alfabetizador.

Contudo é notório a possibilidade de contribuir com o trabalho do professor. Em relação ao processo de alfabetização, poderão ocorrer avanços satisfatórios durante o processo de alfabetização, a oferta da aprendizagem do ensino da Língua Portuguesa, que cabe a esta disciplina, a linguagem tem o poder do primeiro contato ou acesso para a inserção do conhecimento dos alunos para a iniciação do processo de alfabetização.

Assim, de modo geral, a escrita/leitura favorece ao aluno práticas sociais bem como a perspectiva de letrar a criança e, diante da organização dos processos pelos quais o programa fornece com o curso de formação continuada o que possibilita maior atuação na sociedade.

Nota-se que o poder público, tem um papel fundamental não somente por seus investimentos quanto aos fatores que englobam seus custos e benefícios para as partes interessadas, dentre os benefícios prevalece o direito de educação para todos, tal qual é esperado pela sociedade. Entende-se e é um dever do Estado e da família contribuir para o conhecimento social e o saber educacional pedagógico da criança promovendo um desenvolvimento socioeducacional para aqueles que utilizam os serviços que o poder público fornece.

A avaliação em larga escala, tal como a Provinha Brasil serve como instrumento para programar ações e diagnosticar o rendimento escolar do aluno, e o “ranking” do IDEB, permite através de questionários ou provas avaliar o desempenho escolar, bem como fatores relacionados a habilidades dos alunos pertencentes ao segundo ano do ensino fundamental infantil, associando a língua portuguesa a Provinha Brasil indica o grau de conhecimento adquirido ao longo do ano estudado pelo aluno representando, portanto o professor alfabetizador tem papel fundamental para garantir a reflexão do aluno em sala de aula.

Os programas são ofertados para as instituições escolares que se enquadram nos planos de ensino estipulado pelo poder público que condiz com a alfabetização e ao letramento de crianças das redes públicas de ensino no Brasil. Espera-se que um dos efeitos principais do curso de formação docente contemple o despertar de um novo professor, estimulando sua flexibilidade em sala de aula desempenhando nele novas habilidades para conduzir suas aulas de modo didático no que concerne a práticas sociais letradas do ensino de Língua Portuguesa, fundamentalmente comprometido com a educação de qualidade.

O trabalho excessivo tende a levar o profissional ao “ensino tradicional”, ocasionando falta de estímulos a novos métodos educacionais em alguns casos a necessidade ou a falta de tempo entre uma turma e outra, embora a necessidade de apoios financeiros contribua para a obtenção de instrumentos básicos como livros, cadernos entre outros recursos escolares não somente para o professor quanto para o aluno, o PNAIC, portanto, vem ajudando a promover práticas inovadoras.

Constata-se que as bolsas são importantes no processo de formação. A abordagem do pacto referente sobre o auxílio de bolsas e a ajuda financeira que é oferecida para os professores cadastrados no censo escolar que participam do curso de formação; é uma forma de auxílio ou incentivo para os alfabetizadores.

Essa realidade salarial fica evidente uma vez que os professores utilizam seus recursos financeiros para investir em recursos didáticos pedagógicos e socioculturais, para que promova o incentivo ao conhecimento entre ambos os professores e alunos. A falta de investimento ocasiona atraso na formação de alunos consequentemente na melhoria de benefícios não somente da escola, mas para a sociedade de modo geral.

Nesta pesquisa os assuntos abordados serviram como base de incentivo para poder entender e analisar fatos que apresentam relação com alfabetização, em

especifico as crianças do primeiro ciclo do fundamental menor. E a importância do professor alfabetizador para alfabetização de crianças intensificando o conhecimento coletivo e individual do aluno de modo didático, estabelecendo entre eles as discussões sobre a compreensão da escrita, o uso de textos para leituras relacionando os textos com a leitura oral.

Desse modo se entende que o PNAIC é um programa do poder público, com eixos essenciais de formação docente, entre os eixos, dois são fundamentais para o ciclo de alfabetização, o primeiro que é o curso de formação continuada, onde nele estabelece a formação do Professor Alfabetizador e o segundo sendo o mais importante de todos para proposta de formação do pacto a Alfabetização de Crianças. O pacto apresenta diversas concepções e uma delas é a prática do letramento, pois não existe alfabetização sem letramento, a construção da escrita alfabética inicial da criança se desenvolve a partir das práticas pedagógicas que o professor alfabetizador insere no cotidiano dos alunos e seu grau de desenvolvimento se constitui a partir de seus estímulos que são privilegiados nas modalidades de escrita/leitura, e ambas são processos de ensino e aprendizagens com dimensões Linguísticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 33 de 26 de junho de 2009. **Estabelece orientações e diretrizes para a concessão e o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Programa de Formação Continuada para Professores do Ensino Fundamental (PRÓ-LETRAMENTO), em exercício nas redes públicas estaduais e municipais, a partir do exercício de 2009**. Diário Oficial da União. Brasília: Fnde, 2011. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/leg-res-2009>>. Acesso em 13 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília: Inep, 2009.

_____. Ministério da Educação. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. **Currículo no ciclo de alfabetização: Consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem**. Brasília: DF, 2012c.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012. 40p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: DF, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: relatório do primeiro ano**. Brasília: MEC/SESU/DIFES, out. 2009.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de mundo**. Volume 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMARA JÚNIOR, J. M. **História da Linguística**. Tradução por Maria do Amparo Barbosa de Azevedo; Prefácio por Albertina Cunha. 7ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

- CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. Tradução pela Equipe de Tradução da PUCAMP. 2ª edição. Campinas: Papirus, 1988. [pp. 19-62].
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação – Documento Final**. Brasília, DF, 2010. 164p.
- FAZENDA, I. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 21ª edição. São Paulo: Paz e terra, 2002.
- GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília, DF: UNESCO, 2011.
- GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília, DF: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2016.
- GATTI, B. A. **Formação de Professores: condições e problemas atuais**. Revista Brasileira de Formação de Professores, 2009, v. 1, n° 1, p.90-102, 2009. Disponível em: <<http://facec.edu.br/seer/index.php/formacaodeprofessores/article/viewFile/20265>>. Acesso em 22 nov. 2016.
- GATTI, B. A. **Formação do professor pesquisador para o ensino superior: desafios**. In: IV Congresso Paulista de Formação de Professores. Águas de Lindóia, 2003.
- GATTI, B. A.; NUNES; M. M. R. (Organizadores). **Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua português, matemática e ciências biológicas**. Coleção Textos FCC, n. 29, 2009.
- GAZÓLIS, L. H. **As Habilidades em Leitura Desenvolvidas pelos Alunos das Escolas Municipais do Rio de Janeiro: Um estudo a partir dos dados da pesquisa GERES**. *Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio Educación*, v.5 n.2 p.183-198. Disponível em <<http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/>>. Acesso em 23 nov. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB 2012, 2013 e Projeções para o Brasil**. Disponível em: <<http://www.portalideb.com.br/>>. Acesso em 02 jun. 2016.
- OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: Precarização e flexibilização**. Campinas: Educação e Sociedade, v. 25, n. 89, p.1127-1144, 2004.

- PAIVA, A. R. **Apresentação**. In: MATTOS, P. A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Anna Blume, 2006.
- PIMENTA, S. G. **A didática como mediação na construção da identidade do professor** - Uma experiência de ensino e pesquisa na licenciatura. In: ANDRÉ, M. E.D. A.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Organizadoras). Alternativas do ensino de Didática. Campinas: Papyrus, 1997.
- PORTAL DO FUNDO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Bolsas e Auxílios**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/bolsas-e-auxilios/>>. Acesso em 16 mar. 2017.
- SANTOS, S. A. **Implicações da reforma do estado para as políticas de formação de professores nos cursos de pedagogia**. Londrina, 2003. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC09.pdf>>. Acesso em 05 jul. de 2016.
- SEVERINO, A. J. **Humanismo, Personalismo e os desafios sociais da educação contemporânea**. Cuiabá: Revista de Educação Pública, v.18, n. 36, p.155-164, 2009.
- SEVERINO, A. J. **Identidade e tarefas da filosofia da educação**. In: SEVERINO, A. J. Educação, Sujeito e História São Paulo: Olho d'água, 2001.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, C. R. **Formas de uso dos novos livros de alfabetização: por que os professores preferem os métodos tradicionais?** In: VAL, M. G. C.; MARCUSCHI, B. (Organizadoras). Livros didáticos de língua portuguesa: letramento, inclusão e cidadania. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SILVA, J. F. **Avaliação educacional: fundamentos teóricos e relação com a política educacional**. Seminário ANPAE, 2012. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/Textos/JanssenFelipe.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2016.
- SILVA, O. H. M. **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE/PR)**. In: Anais do 3º Encontro Sul-Brasileiro de Psicopedagogia, Curitiba, 2009. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2009; p.26-29. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/trabalhos_14.html>. Acesso em 20 jul. 2016.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Trabalho apresentado no GT de alfabetização, Leitura e Escrita, durante a 26ª Reunião da ANPED, 2003. Disponível em <www.fae.ufmg.br/pdf>. Acesso em 25 jul. 2016.

SOARES, M. **Não existe um currículo no Brasil**. Belo Horizonte: Revista Presença Pedagógica, v.18, n.107, p.5-13, 2012.

SOUZA, C. P.; PESTANA, M. I. **A polissemia da noção de competência no campo da Educação**. Cuiabá: Revista de Educação Pública, v. 18, n. 36, p. 133-152, 2009.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: questões temáticas e de pesquisa. Salvador: Caderno CRH, nº39, jul./dez 2003. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=273>>. Acesso em 28 jun. 2016.

VARGAS, I. C. **Formação continuada de professores alfabetizadores nas propostas do PROFA e do CEALE**. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.